



ATA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONFEMA

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) – Estava só esperando o Sebastião chegar, mas ele está no Metrô Sé. A gente inverte um pouco a pauta aqui e vai fazendo as apresentações. Vocês já estão aqui, acho que é um pouco de desrespeito ficar esperando um só. Então, bom dia a todos e a todas, vamos iniciar a 140ª reunião plenária ordinária do Conselho do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA. Hoje é dia 29 de março, sexta-feira, às 10:25h, aqui na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Vou passar a palavra ao Devair para dar prosseguimento a nossa pauta.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Bom dia a todos e a todas. Estamos iniciando a nossa reunião. Nós vamos fazer a votação no final da reunião de hoje, esperando o quórum. Eu quero passar ao segundo ponto do expediente, que é a posse do Senhores José Roberto Haselmann Paulo como Conselheiro titular e Dilson Ferreira, como Conselheiro suplente, representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo - CADES. A posse está acolhida, considerem-se empossados e sejam muito bem-vindos. Se quiser fazer uso da palavra...

Cons. José Roberto - Eu só queria cumprimentar a todos e desejar uma boa gestão a todos nós, que sejamos felizes aqui nas nossas atividades. Muito obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nós vamos agora nesse momento para a apreciação das diretrizes do Fundo Especial do Meio Ambiente - FEMA - pelo CADES durante a reunião plenária ordinária do dia 20 de fevereiro de 2019, aonde o Senhor Fernando Ângelo fará uma exposição sobre o tema. Por favor, Senhor Fernando, esteja à vontade.

Fernando Ângelo - Na penúltima reunião do CADES, ficaram aprovadas as diretrizes para o ano-calendário 2019, onde eles aprovaram os temas de Áreas Verdes e dentro do tema de Áreas Verdes nós vamos ter proteção e defesa à biodiversidade, fauna e flora; áreas verdes e parques urbanos lineares e naturais; apoio junto às políticas habitacionais necessárias à implantação de áreas verdes e a proteção de áreas de relevância ambiental; apoio à criação e à implantação de reservas particulares do patrimônio natural; apoio e políticas de incentivo a serviços ambientais, incluindo estudo... Desculpa, é que eu estou sem óculos, então está meio embaçado. (voz ao fundo). Se puder...

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Apoio às políticas de incentivo a serviços ambientais, incluindo estudos, inventários, diagnósticos, projetos de adequação ambiental de propriedades urbanas e rurais; pagamentos por serviços ambientais aos proprietários de áreas prestadoras; apoio à implantação de sistema de monitoramento de áreas verdes e da degradação da cobertura vegetal; apoio a planos de incentivos de expansão, manejo e conservação de áreas verdes, unidades de conservação e parques urbanos lineares e naturais; fortalecimento do sistema de fiscalização e controle pela SVMA; recuperação e revitalização de áreas de competência da SVMA - (Fernando, sobe aí um pouquinho) - degradadas e/ou contaminadas, inclusive em função de acidentes naturais. No tema 2 Educação ambiental, cultura da paz e comunicação, foi aprovado apoio a projetos de iniciativa de educação ambiental; o item 10 - apoio a iniciativas com o propósito de contribuir para uma convivência socioambiental sustentável e pacífica na cidade de São Paulo, articulando temas ambientais e a cultura da paz e não violência, disseminando o conhecimento e tecnologias de mediação de conflitos. Tema 3 - tema Água. Item 11 do que foi aprovado, proteção dos recursos hídricos; item 12, apoios a projetos, programas e ações de preservação e combate às enchentes, incluindo atividades de educação e comunicação, proteção e recuperação de nascentes e sistemas de drenagem e captação de água de chuva. Tema 4 - Consumo e descarte sustentável: incentivo a planos, programas e projetos ligados à ecoeconomia; item 14, apoio a planos, programas e projetos de



implantação de ecopontos, reciclagem, reutilização e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo, incluindo campanhas educativas e de comunicação; item 15, apoio às políticas de incentivo a sistemas produtivos de baixo impacto ambiental. Tema 5 - tema Mobilidade: apoio a programas e campanhas para uso de energia renovável no sistema de transporte coletivo, em edificações e demais sistemas urbanos; item 17, apoio a planos e programas e projetos para o uso de modalidades não motorizadas de transporte, incluindo campanhas educativas e comunicação; item 18, apoio a planos e programas e projetos de meios alternativos de mobilidade urbana; item 19, apoio a planos e projetos de mobilidade alternativa de transporte sustentável. Tema 6 - tema Mudanças Climáticas: apoio a projetos e iniciativas para a melhoria da qualidade do ar e a utilização de energia limpa, incluindo campanhas educativas e comunicação; item 21, apoio a planos e programas e projetos de prevenção e combate a mudanças climáticas; item 22, apoio a planos e programas e projetos para minimização de emissões de gases de efeito estufa; item 23, apoio a planos, programas e projetos para subsidiar políticas públicas relacionadas ao controle do adensamento construtivo, a impermeabilização do solo e a consequente produção de ilhas de calor urbano; item 24, apoio a planos, programas e projetos para ampliar a divulgação dos resultados da rede de monitoramento de precipitações meteorológicas, incluindo inventários e diagnósticos necessários. Basicamente, esse é o plano aprovado na última reunião.

Fernando Ângelo - Sem as diretrizes, o FEMA não pode começar suas atividades. Na penúltima reunião do CADES, foi uma discussão ampla sobre as diretrizes. Queriam incluir algumas coisas, mas o próprio Conselho do CADES não aceitou e permaneceu com essa diretriz. Qualquer projeto que passar por aqui tem que passar pela lei, pelo decreto do FEMA e estar engajado em algum desses itens.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Só para conhecimento também, no fim das contas a gente faz a aprovação financeira e orçamentária do que está deliberado pelo CADES. Em todos esses itens, a gente já tem coisa em andamento, já tem ações da Secretaria em andamento, não diretamente utilizando o Fundo, porque a gente ainda não começou a utilização do Fundo efetivamente, não trouxemos nada para ser aprovado ainda em termos de despesa, mas em todos esses temas a Secretaria tem ação já em andamento. Por exemplo, mudanças climáticas nós já estamos elaborando com o apoio do C40, que é o Conselho das quarenta maiores cidades do mundo a elaboração do Plano de Emissões da cidade, para passar a partir do Cadastro de Emissões a aprovar ações específicas naquele tema e por aí vai - em parques... A gente, na parte de fiscalização, eu acho que a própria reforma que a Secretaria passou, está encaminhada dentro, a reforma está moldada em cima desses parâmetros para utilização do CADES. O exercício foi combinar a estrutura e o funcionamento da Secretaria e dos órgãos acessórios como os Conselhos à estrutura da Secretaria, para a gente ter a maior sinergia. O que que acontecia muito é que a gente tinha atividades da Secretaria que não estavam diretamente vinculadas aos critérios e às ações que a gente pode e deve aprovar para o uso do Fundo. O exercício foi vincular a atividade efetiva da Secretaria às regras e ao que o CADES pode e deve aprovar. Tem mais uma coisa que eu gostaria de deixar claro para o grupo: a gente já está atrasado num exercício e numa obrigação, que é alterar as regras de funcionamento tanto do FEMA quanto do CONFEMA, que passa inicialmente por uma alteração no CADES. O FEMA e o CONFEMA especificamente por conta do PDE. Eu gostaria muito que os Conselheiros dessem uma estudadinha **no** que diz o novo Plano Diretor de 2014, que não é tão novo assim, com relação à utilização do Fundo, as obrigações do Fundo, para que serve o Fundo e prestassem muita atenção no segundo Fundo criado pelo PDE, que é o Fundo de Parques (*voz ao fundo. E ele repete Parques, Parques*). O PDE fez um exercício interessante, que é separar o que é investimento do que é atividade e a Secretaria e os Fundos e os Conselhos ainda não se adaptaram a essa previsão legal. O Fundo de Parques é um Fundo criado pelo PDE exclusivamente para



investimento em parque: criação, reforma, reparo. A gente tem que reestruturar tanto este Conselho quanto o CADES para a gente dar consequência a isso e parar com essa bagunça de misturar o que é atividade do CADES com o que é atividade de investimento. Isso é um grande problema dentro do CADES, é um grande problema dentro desse Conselho até para utilização do próprio FEMA e é um problema para a Secretaria, que vive tomando bordoadas porque teoricamente usa o FEMA porque não pode. Não é verdade, usa o FEMA porque pode e porque está no PDE. A gente precisa adequar os nossos regramentos a essa realidade da lei, do Plano Diretor Estratégico. É um pedido, porque isso virá para cá; então, era bom que a gente fizesse um debate mais minucioso quanto a essas alterações, porque elas são necessárias e a gente vai ter que reestruturar o funcionamento do Fundo, reestruturar o funcionamento desse Conselho, dar consequência ao que está previsto em lei e preparar o funcionamento efetivo de um novo Fundo que é o Fundo de Parques. É um exercício que eu estou pedindo para todos. A gente está fazendo internamente esse movimento, estamos preparando aqui com o Devair uma proposta de alteração, mas isso necessariamente terá que ser debatido. O importante é que vocês já olhem para isso para poder contribuir, porque às vezes a gente está olhando de dentro com um olhar só e a importância de ter o Conselho é que a gente tenha vários olhares para poder apontar para pontos que a gente talvez não tenha visto ou para os quais a gente não tenha prestado atenção. É um olhar diferenciado com uma outra perspectiva, que não a do funcionamento interno da Secretaria, é importante.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Por favor, com a palavra o nosso Conselheiro.

Cons. Caio Boucinhas - Caio, do IAB. O que foi colocado aí eu acho muito importante e eu tenho uma preocupação do papel dos Conselheiros do CONFEMA. Essa proposta sua de avaliar, de discutir o papel dos Conselhos acho que é fundamental. Por exemplo, como que eu posso contribuir na aprovação de uma lista de projetos e o custo estimado pelo CADES, aprovado pelo CADES lá? Foi aprovado pelo CADES, foi discutido no CADES e eu tenho aqui que dizer sim ou não. Como que eu vou me aprofundar nisso? Além do que, o item 23 do tema Áreas Verdes, eu queria lançar uma preocupação: apoio a planos, programas e projetos para subsidiar políticas públicas relacionadas ao controle do adensamento construtivo, à impermeabilização do solo e à consequente produção de ilhas de calor. Tudo isso aí é ligado a enchentes, à saúde pública, como as ilhas de calor vão se formando em função da impermeabilização crescente do solo, e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, eu gostaria e queria saber como se dá o papel dela na aprovação de projetos de urbanismo e construção de arquitetura na cidade, porque, por exemplo, eu tenho conhecimento e acompanhei dois parques previstos no Plano Diretor: o Parque da Brasilândia e o Parque do Córrego do Bispo. Acompanhei área belíssima com o Nascentes etc. Hoje tem duas mil e quinhentas famílias lá em situação irregular. O Córrego do Bispo a mesma coisa. Na borda da Cantareira, com favelas e o tráfego dominando aquilo. Então, é uma preocupação que está... A Brasilândia, nas bordas da cidade, na periferia da cidade, área que não se expande por causa do Sistema Cantareira, ela está virando ilha de calor porque são construções de quatro pavimentos, uma colada na outra. Não é só o Centro e Mooca que são ilhas de calor. Lá está virando também. Eu queria colocar essa preocupação nessa discussão que você propôs.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Vamos tentar dar duas.... O exercício de reformular passa por olhar para os Fundos. A cidade tem alguns Fundos e alguns que funcionam muito bem, inclusive com participação efetiva e debates no Conselho, no que aprova a utilização. Eu entendo que parece paradigmático ou parece não consistente o CADES aprova uma coisa e vem para cá para a gente simplesmente bater o carimbo e aprovar o uso do recurso. Não é bem assim. Está mais ou menos assim hoje. Então, o exercício é transformar - e aí eu dou mais uma dica - "Olhem para funcionamento do Conselho do FMSAI, o Fundo Municipal de Saneamento e Infraestrutura". Deem uma olhada para o funcionamento do Conselho do FMSAI. Não vai ser igual,



porque o Conselho do FMSAI ele é composto por representantes das Secretarias, mas basicamente pelos Secretários ou pelos Gabinetes. Não importa. O modelo de funcionamento é bem razoável, porque envolve o debate, a discussão quanto à elaboração dos orçamentos, os itens constantes do orçamento, o efetivo submissão do orçamento aos itens aprovados pelo CADES. Não basta estar aprovado no Conselho Geral da cidade para ir para o FMSAI que vai ser aprovado. É isso que eu quero que este Conselho vire. Eu acho que é um espaço para fazer esse debate. Com relação ao problema de ilhas de calor e o Parque Brasilândia e o Bispo, o Bispo a gente está olhando com muito carinho, está encaminhado. Nós estamos tentando fazer sair, achar uma solução conjunta que não é exclusiva da Secretaria com a Secretaria de Infraestrutura e com as Subprefeituras. Algumas obras que estão encaminhadas para aquela região recompõem o Parque, inclusive com o apoio do Ministério Público. O Brasilândia eu acompanhei muito de perto quando eu era Secretário e foi uma briga desgraçada, que o morro está ocupado efetivamente, foi tentada a desocupação três vezes - começando de cima, começando de baixo, plantando árvore, tirando árvore e não funcionou, só aumenta. Tem um problema - e o maior problema para essas implantações é um problema fundiário - eu não posso implantar parque em área privada, não tenho dinheiro para desapropriação. Então, é importante que a gente estruture Fundos e Conselhos que deem consistência para as ações da Secretaria, porque eu acabo tendo que levar a desapropriação para um Fundo que não é da Secretaria. Por exemplo, para o FUNDURB. Eu estou levando as desapropriações para o FUNDURB. Sai o dinheiro? Não necessariamente, porque o debate no Conselho do Fundo é outro. Então, a ação prioritária é combate à enchente, não é criação do parque, só que não para olhar que a criação do parque ajuda a conter a enchente. Se a gente criar um sistema robusto e Conselhos robustos que possam levar a entendimentos para esses outros Fundos, fortalece a posição da Secretaria. Com relação ao tema licenciamento... O nosso licenciamento é uma parte do licenciamento da cidade, quer dizer, o licenciamento é da Secretaria de Licenciamento Urbanístico, que faz a análise do empreendimento com relação às diretrizes do Plano Diretor, encaminham para cá no caso de manejo, área contaminada, área de APP, quer dizer, intervenções em Áreas de Proteção Ambiental ou com cobertura vegetal. A conversa com eles... acabou de formar um Grupo de Trabalho com eles e com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SMDU - para a gente estudar efetivamente a aplicação em momentos previstos no PDE para esse tipo de coisa. O PDE, por mais críticas que possa receber, é uma lei muito moderna, que incorpora alternativas para controle de ilha de calor, para controle de enchente, dentro de cada unidade, dando para o interessado percentual construtivo pela troca de incorporação de soluções ambientalmente corretas ou baseadas na natureza: jardim vertical, piscininhas, contenção parcial de água, diminuição da área impermeável e por aí vai. O licenciamento da cidade está incorporando cada vez mais esse tipo de solução, porque não é mais possível - e eu faço um convite para vocês: da próxima vez que o Conselho da Laura, o Conselho de Mudanças Climáticas fizer reunião com a Professora da USP que trata de chuvas e enchentes, eu gostaria que todos estivessem presentes para entender o que que a Academia está olhando para essa... A gente faz as contas pelo médio, a gente programa - a gente e o resto do mundo. Eu faço a programação para a construção de um prédio pelo médio - permeabilidade média, chuva média e tudo pela média. As médias não funcionam mais. Mudanças climáticas estão dadas e a gente está vendo aí. Uma semana na época de chuva seco e três dias chove o que chove no ano e não tem projeto de arquitetura e engenharia tradicional que vá dar conta disso. É importante que se incorpore essas soluções alternativas e que a gente incentive isso com o Fundo, porque é um instrumento. A gente pode dar... Uma outra discussão que está encaminhada também e deve ser importante para esse tipo de solução é o pagamento de serviços ambientais e basicamente dependerá desse Fundo o pagamento de serviços ambientais. A gente precisa criar instrumentos para fortalecer esse Fundo com doações, com participação da iniciativa privada na composição do Fundo. "Ah, porque eles são bonzinhos e vão dar dinheiro para gente?" Não tem amor de graça, eu não tenho



dúvida nenhuma, mas não é para trocar por licenciamento, é para trocar por incentivo para eles mesmos. Se ele incorpora serviços ambientais nas obras que eles estão fazendo, a gente pode premiá-los com o pagamento de serviços ambientais. Desonera a Prefeitura na elaboração ou nos projetos para contenção de enchentes, diminuição de ilhas de calor, e a gente cria um instrumento moderno e eficiente de incentivo, que não necessariamente passa por IPTU, que não necessariamente passa por desoneração de ISS, que a gente não tenha discussão de abrir mão de receita tradicional, mas crie uma forma de compensação alternativa. Tudo isso está em mente. Eu acho que a gente precisa olhar, mas é essencial para que tudo isso funcione que a gente tenha Conselhos robustos, com estruturação e funcionamento eficaz. Especialmente ciente do seu papel. Acho que é esse o ponto. A gente tem que estar ciente de qual que é a importância de estar nesse Conselho.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Mais alguma observação de algum Conselheiro? Sem mais, vamos passar para o primeiro ponto do expediente, que é discussão e votação da Ata da 138ª reunião plenária ordinária do CONFEMA. Alguma observação, alguma correção, manifestação? Coloco em votação a Ata da 138ª reunião plenária. Os Conselheiros que aprovam a Ata permaneçam como estão. A Ata aprovada por unanimidade. Passamos agora para o primeiro ponto da ordem do dia: aprovação do calendário das reuniões plenárias ordinárias do CONFEMA referente ao presente ano de 2019, que está sendo apresentado aqui no nosso telão. Alguma manifestação dos Conselheiros? Então eu coloco em votação o calendário das reuniões do ano de 2019. Os Conselheiros que aprovam o calendário, permaneçam como estão. O calendário de 2019 das reuniões do CONFEMA está aprovado por unanimidade. Último ponto da ordem do dia: sugestão para próximas pautas das reuniões e assuntos gerais. Alguém? Seu Sebastião, por favor, faça uso da palavra.

Cons. Sebastião - Obrigado, bom dia. Eu sou Sebastião, sou representante aqui da Secretaria da Fazenda. Estava com você agora há pouco, como sugestão para as próximas reuniões para incluir os projetos relacionados ao Programa de Metas na nova versão para o biênio 2019/2020, com especial destaque para o plantio de árvores e a revitalização dos parques, lembrando que os parques também, essa parte pode ser feita com recurso do FMSAI.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - É bem importante essa inclusão, Sebastião, é bom informar os outros Conselheiros. A gente fez uma revisão de metas bem substancial, inclusive para poder fazer parte dos outros Fundos, porque a gente tinha encaminhado pedido de recurso para participar especificamente do FMSAI e em alguns pontos a gente não tinha uma correlação entre a atividade e a meta da Secretaria. A gente fez uma revisão de metas e também, baseado na reestruturação da Secretaria, a gente criou um programa ainda embrionário; deve sair, até o final do mês que vem, um edital de chamamento público para parcerias nos parques, que não tem nada a ver com o modelo de concessão do Ibirapuera nem do Chácara do Jockey nem dos outros parques. É um modelo menor, que permite a participação desde o cidadão que queira ajudar, como aquele que planta no Tiquatira, até a associação de bairro ou uma empresa que queira fazer qualquer ação dentro de um parque para revitalização dele. E a meta para a Secretaria, considerando esse modelo Parque Legal, são cinquenta e um parques este ano, cinquenta e um parques o ano que vem, que são os parques restantes que não estão na concessão. A gente fez uma previsão de gasto pelo FMSAI para alguns desses parques e parte dessas atividades - um pedaço a gente vai ter -, se possível financiar com o FEMA, desde que haja disponibilidade de recursos, mas é importante vocês entenderem o que que é o programa - acho que isso é legal trazer alguém para falar - e mostrar onde ele se encaixa no que a gente tem aqui, porque se encaixa. Tudo isso aqui está aqui está vinculado também às metas do Governo pelo seguinte: se pactuou que os gastos de todas as Secretarias necessariamente estarão vinculados às metas do governo. Então, tanto o Fundo quanto o orçamento está vinculado à inclusão ou não dentro de uma meta. A gente ampliou as metas da Secretaria, que basicamente era o plantio de



duzentas mil árvores - acho que é muito pouco - e a gente incluiu então essa revitalização, esse refazimento e a implantação de novos parques. A implantação de novos parques, um pedaço está no FMSAI e o outro pedaço a gente está tentando levar para o FUNDURB, que é o que eu estava falando da desapropriação. Nós não temos dinheiro para ofertar para desapropriar, a Fazenda não tem dinheiro para liberar para fazer a desapropriação de alguns parques que são essenciais na borda da Cantareira. A gente tem uma conversa importante nesse sentido e é bom destacar que o licenciamento do Rodoanel Norte não é da Secretaria, é do Governo do Estado. Toda a compensação ambiental foi transformada em depósito no Fundo de Meio Ambiente do Governo do Estado e não liberaram um tostão para a gente. Já mudaram o traçado umas três ou quatro vezes, os parques previstos eram seis, pelas minhas contas os parques a implantar eram seis, pelas minhas contas estão restando quatro, porque dois já foram - já acabou, já tem o pilar do meio e o outro está invadido; então, o custo vai ser muito alto. É bom que a gente olhe para isso tudo e tenha noção do que que a gente está propondo, do que que a gente pode fazer com o dinheiro que a gente tem. Acho que está acolhida a proposta. A gente prevê aí para quem possa vir apresentar, traz alguém para mostrar o modelo Parque Legal e traz o Pedro para mostrar o desenho das metas, inclusive com a destinação de recurso, pelo menos a diretriz, tá bom? Alguém tem mais algum comentário? Só vou reiterar que é importante demais a participação de vocês, a contribuição. Às vezes a gente está pensando numa coisa e não estamos vendo muito bem alguma outra alternativa. É importante que a gente traga para o Conselho esse debate e façam um exercício: olhem para o PDE e olhem para o regulamento do FMSAI. Acho que eles são balizadores do que a gente pode conseguir fazer tanto com esse Conselho quanto com a criação do Fundo de Parques. Obrigado, está encerrada a reunião.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Muito obrigado a todos.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e

Presidente do Conselho do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA

Conselheiros(as) presentes:

ARISTIDES DE MEDEIROS JUNIOR

SEBASTIÃO MARQUES BARBOSA JUNIOR

CAIO BOUCINHAS

JOSÉ ROBERTO HASELMANN PAULO

Conselheiros(as) com justificativa de ausência:

MAGNA MARIA T. DE REZENDE CARVALHO

ALDO STRUFFALDI

Secretário Executivo: CLAUDIO DO NASCIMENTO

Coordenador Geral: DEVAIR PAULO DE ANDRADE